



# As arenas de Construção do Conhecimento Agroecológico como espaços para emergência de um “novo profissionalismo” da ação extensionista

**DÉCIO SOUZA COTRIM**  
Universidade Federal de Pelotas

## RESUMO

O presente texto aborda a transição pela qual passam os profissionais da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil apontando, por meio da análise da experiência de Dom Feliciano-RS, a possibilidade da emergência de um espaço de mudança de uma perspectiva difusionista para uma ação extensionista participativa. O objetivo central do trabalho é apresentar as arenas de Construção do Conhecimento Agroecológico-CCA como locais de desenvolvimento de um “novo profissionalismo” na extensão rural. O referencial teórico que perpassa a totalidade do artigo é assentado na Perspectiva Orientada pelos Atores - POAS (LONG, 2001). Metodologicamente foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores e extensionistas e analisado seus discursos. Como resultado principal, salienta-se a real possibilidade das arenas de CCA serem locais de desenvolvimento de uma série de ações extensionistas dicotomicamente diferenciais do período da “modernização da agricultura”. Os papéis de mediador dos grupos, facilitador dos processos, condutor da metodologia participativa e tradutor de linguagens passam a ser centrais, sem necessariamente se perder a perspectiva de um especialista técnico.

**Palavras-Chave:** Extensão Rural. Participativo. Agroecologia.

## THE ARENAS FOR THE CONSTRUCTION OF AGROECOLOGICAL KNOWLEDGE AS SPACES FOR THE EMERGENCE OF A "NEW PROFESSIONALISM" OF THE EXTENSIONIST ACTION

## ABSTRACT

The present text approaches the transition that the professionals of the Technical Assistance and Rural Extension in Brazil points out, through the analysis of the experience of Dom Feliciano-RS, the possibility of the emergence of a space of change from a diffusionist perspective to a participatory extensionist action. The main objective of this work is to present the arenas of the Construction of Agroecological Knowledge- CCA as places of development of a "new professionalism" in rural extension. The theoretical reference that permeates the whole of the article is based on the Orientative Perspective by the Actors (LONG, 2001). Methodologically, semi-structured interviews with farmers and extensionists were carried out and their speeches analyzed. The main results are the real

possibility that the CCA arenas are a place for the development of a series of extension actions dichotomically different from the period of "modernization of agriculture". The roles of mediator of the groups, facilitator of the processes, driver of participatory methodology and translator of languages become central, without necessarily losing the perspective of a technical specialist.

**Keyword:** Rural extension. Participatory. Agroecology.

## LAS ARENAS DE CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO AGROECOLÓGICO COMO ESPACIOS PARA EL SURGIMIENTO DE UN "NUEVO PROFESIONALISMO" DE LA ACCIÓN DE EXTENSIÓN

### RESUMEN

En este trabajo se analiza la transición que pasa profesionales de la Asistencia Técnica y Extensión Rural en Brasil punta a través del análisis de la experiencia Don Feliciano-RS, la posibilidad de la aparición de un cambio en el espacio de una perspectiva difusionista para la acción de extensión participativa. El objetivo central de este estudio es presentar las arenas de Construcción del Conocimiento Agroecológico-CCA como sitios de desarrollo de un "nuevo profesionalismo" en la extensión rural. El marco teórico que impregna todo el artículo está sentado en Perspectiva Orienta por Actores (Long, 2001). Metodológicamente se llevaron a cabo entrevistas semiestructuradas con los agricultores y agentes de extensión y se analizaron sus discursos. Los principales resultados destacan la posibilidad real de arenas CCA son el desarrollo local de una serie de acciones de extensión diferencias dicotómicas de la época de la "modernización de la agricultura". Las funciones mediadoras de los grupos, facilitadores de procesos, conductor metodología participativa y traductor de idiomas vienen a ser central sin perder necesariamente la perspectiva de un experto técnico.

**Palabra clave:** Extensión Rural. Participativa. Agroecología.

### 1 INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER aproxima-se do aniversário de 70 anos de existência no Brasil enquanto uma instituição que incorporou um conjunto de importantes papéis na formação da ruralidade do País. Essa "jovem" estrutura de mediação rural passa, possivelmente, pela mais forte crise de identidade de toda a sua história. As características da sociedade, especialmente do rural, transformaram-se e o modo de pensar e de agir da ATER passa por uma turbulenta transição.

Buscando uma raiz histórica para qualificar a questão, lança-se mão do estudo de Caporal (1998), que descreve a trajetória da ATER no Brasil em quatro etapas distintas. Ele as nomeia com fases: Familiar Assistencialista (1948-60), Produtivista Modernizador (1961-80), Crítico Reflexivo (1981-1990) e Transição Ambientalista (1990-atual).

Na etapa familiar assistencialista, o foco da ação extensionista foi de gerar nos agricultores capacidades de busca de alternativas de melhorarias das condições das famílias rurais. Dentro desse período, ocorreu a fundação de associações de profissionais, das áreas das ciências agrárias e sociais, como instituições de assessoria que se tornaram as primeiras organizações oficiais de ATER.

O espaço de trabalho extensionista era a comunidade rural centrada na atuação junto às famílias. Existia uma clara preocupação com a redução da pobreza rural. Nesse arcabouço, o papel do extensionista era de auxiliar a organização comunitária, voltada à ampliação da qualidade de vida. A equipe extensionista básica era formada por um profissional masculino formado nas ciências agrárias e uma profissional do sexo feminino, ligada à área da economia doméstica. A informação trabalhada com as famílias de agricultores era dividida entre os aspectos da produção agrícola e os aspectos voltados ao lar.

A fase sucessora é intitulada como produtivista modernizadora, emergindo a partir da avaliação realizada pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural-ABCAR da ação extensionista desde a década de 1950. Nessa fase concluiu-se que, para atender ao pressuposto do desenvolvimento, era necessário um processo de industrialização no Brasil. Para isso, o setor da agricultura ganharia outras tarefas, como a liberação de mão de obra rural para trabalhar na indústria e ampliação da produção e produtividade de cultivos e criações. Essa proposta tinha como pano de fundo uma subordinação da agricultura à indústria, atendendo às funções de fornecimento de matéria-prima, geração de divisas por meio das exportações e barateamento da alimentação dos operários (SILVA, 1996)

Essas novas funções da agricultura “moderna” modificaram o papel da ATER, tendo como base a teoria da Modernização (SCHULTZ, 1995), que aponta a necessidade de substituição dos insumos tradicionais da agricultura por insumos industriais modernos. Nesse caminho, a ATER priorizou, como único caminho para a melhoria da condição de vida dos agricultores, a ampliação da renda da família rural por meio do aumento da produção e da produtividade.

A metodologia de extensão rural utilizada pelos extensionistas estava baseada na teoria da Difusão de Inovações (ROGERS, 1983), sendo intitulada de método difusionista. Essa metodologia tem como ferramentas e técnicas, por exemplo, os dias de campo focados na difusão de tecnologias modernas, as unidades de observação de insumos modernos, as demonstrações de métodos de substituição de insumos tradicionais por modernos, entre outros.

Esse contexto modificou profundamente o papel do extensionista, que deixou de exercer uma ação social e comunitária e direcionou sua atuação ao nível das propriedades rurais, focando na ampliação da produção e da produtividade de cultivos e criações. O método de extensão foi modificado para atender à necessidade da difusão tecnológica agropecuária, por meio de ferramentas e técnicas do método difusionista. O caráter da ação extensionista passou a ser eminentemente econômico, buscando convencer o agricultor no sentido da adoção de insumos externos, através de argumentos puramente econômicos. Esse curto período marcou profundamente a lógica da ATER. Porém, essa fase tem uma ruptura a partir de 1980 em razão de uma crise econômica, ambiental e social.

A crise econômica iniciada pela alta do preço do petróleo (segunda crise do petróleo de 1979) atingiu patamares de paralisação do crescimento industrial na totalidade da década de 1980, sendo considerada, nesse aspecto, por Silva (1996), a “década perdida”. Esse processo modificou o panorama da política mundial, levando à forte redução da ação do Estado sobre o processo de desenvolvimento e, para o caso brasileiro, à desarticulação dos instrumentos de política pública utilizados na década anterior para financiamento da “modernização da agricultura”.

Também durante os anos 1980, ficou claro que o processo de mudança da base tecnológica da agricultura, implantado na década de 1970, apresentou um conjunto de externalidades ambientais à sociedade. A erosão dos solos agrícolas, o assoreamento dos rios, o envenenamento dos alimentos por agrotóxicos são exemplos que o movimento ambientalista apontava, na época, como degradações fruto desse processo na agricultura.

Do ponto de vista social, a ruptura econômica que paralisou o crescimento do emprego urbano e a própria dinâmica da espiral tecnológica do processo, que expulsava sequencialmente um contingente de agricultores do campo, levou a uma imensa pressão social eclodindo através de movimentos sociais rurais.

Esse conjunto de crises conjugadas (econômica, ambiental e social) apontou os limites do processo de “modernização da agricultura” e conseqüentemente da própria ação extensionista focada na difusão de tecnologias agropecuárias. Segundo Caporal (1998), esse é considerado o início da etapa crítica-reflexiva. Internamente, as instituições de extensão rural passaram por um momento de crítica teórica e metodológica, que levou a um profundo repensar da ação extensionista. Ou seja, tentou-se responder as questões: Extensão para que? E para quem? Essa etapa da extensão rural ainda é inconclusa. Mescla-se com a contemporânea etapa de transição ambientalista.

A etapa atual de transição ambientalista traz à tona o debate dos elementos para a participação dos agricultores no processo de desenvolvimento e da construção de projetos de baixo para cima, por meio do uso das metodologias participativas. Essa discussão metodológica passa a ser o contraponto da noção metodológica difusionista (tipo *top-down*), sendo um elemento chave na superação da fase anterior (CHAMBERS, 83).

Analisando as questões da base técnica da agricultura, é proposta a retomada do debate de uma produção agropecuária de base orgânica, de uma agricultura orgânica, ou seja, a matriz tecnológica de atuação agropecuária tende a estar alinhada com os pressupostos da então emergente Agroecologia, ou seja, uma disciplina científica que aposta no diálogo do saber popular e do saber acadêmico para construção do conhecimento agroecológico.

Analisando normativamente esse período, encontra-se que o público de atuação extensionista passa a ser exclusivamente os agricultores familiares, respeitando sua imensa diversidade. E que a metodologia de trabalho passa a ter uma orientação participativa, utilizando elementos da construção e diálogo de saberes com os agricultores.

Na prática atual da ATER, nessa fase contemporânea, o papel do extensionista passa a ser paulatinamente modificado. A difusão tecnológica tende a deixar de ser a centralidade, com muitas dificuldades, e passam a assumir em seu lugar as noções de desenvolvimento rural. O trabalho acerca-se a retomar a ideia de desenvolvimento comunitário, agregando a perspectiva da preservação/conservação ambiental. Elementos como circuitos curtos de comercialização, policultivos, agroindustrialização, produção de autoconsumo e pluriatividade tendem a serem incorporados ao cotidiano da ação extensionista. Esses almejam a ocupar o posto de mediadores entre os agricultores e de proponentes de métodos de interface dentro das comunidades rurais. A ideia teórica é que esse diálogo entre agricultores e outros atores pode produzir um

processo de construção do conhecimento que tenha raízes com a realidade dos agroecossistemas, com a comunidade e com o território, ou seja, um conhecimento contextualizado.

Reafirmando essa ideia, Caporal e Costabeber (2004) concluem que se faz necessária a formação de “um novo profissionalismo” para ação extensionista nesta etapa contemporânea. Essa nova atitude deve ser pautada na mudança de métodos e procedimentos para extensão rural, troca da cultura institucional das instituições de ATER e na alteração do comportamento e atitude dos atores. Os autores também apontam como limites para processo da formação do “novo profissionalismo” a atual formação acadêmica dos profissionais de ciências agrárias que é realizada por meio de uma divisão disciplinar da ciência, uma busca por altos graus de especialização e o aprendizado de receitas técnicas como respostas padronizadas aos problemas do rural, levando a uma grande dificuldade de substituição do método de ATER de difusão tecnológica.

Na ação extensionista, na atualidade, esse parece ser o ponto chave para a questão do papel da extensão rural, ou seja, como os profissionais formados atualmente podem desenvolver processos de desenvolvimento rural que exigem um aporte multidisciplinar, que traga os projetos dos agricultores em primeiro lugar, que seja baseado no diálogo? Enfim, como os extensionistas formados na academia, para difusão de tecnologias, podem vencer a inércia dos períodos anteriores e avançar para uma extensão rural agroecológica?

Naturalmente, esse tema não pode ser qualificadamente analisado apenas em um artigo. Nesse sentido, escolheu-se como objetivo desse texto apresentar a experiência metodológica de Dom Feliciano-RS, de uma ação extensionista através das arenas da CCA, analisando a proposta a partir do referencial teórico da POAs. Esse exemplo concreto possibilita a abertura do debate das premissas da construção de um “novo profissionalismo” na ATER.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na introdução do texto, aponta-se as principais referências teóricas que influenciaram a estruturação do método difusionista (SCHULTZ, 1995; ROGERS, 1983). Para se construir os pilares para a proposta de uma extensão rural dentro das arenas de construção do conhecimento agroecológico, esmiuçar-se-á um conjunto teórico focado na análise a partir dos atores que se contrapõem à noção estruturalista da perspectiva anterior.

O principal aporte teórico escolhido para ser transversal à totalidade deste artigo foi a POA. Essa perspectiva teórica utiliza conceitos que foram criados no cotidiano, na experiência de vida dos atores e focados na mudança social e na intervenção, especialmente em relação às situações agrárias (LONG; LONG, 1992).

Segundo Long (2001), é pouco satisfatória, do ponto de vista teórico, a ideia de que toda a mudança social ocorra a partir de uma determinação externa. Os impactos externos necessariamente são intercedidos e transformados por atores e estruturas locais. Dessa forma, o autor aponta como necessária a ideia que a análise deva conter características mais dinâmicas para o entendimento das mudanças sociais, salientando principalmente a interação e a decisão mútua dos fatores e

relações internas e externas, e o reconhecimento do papel principal desempenhado pela ação do ator.

As pessoas, os sujeitos sociais, caracterizam-se como atores sociais, sendo partes ativas dos processos de desenvolvimento e não apenas receptáculos de intervenção ou categoria social generalizada e, de certa forma, vazia. O ator é um sujeito ativo que processa informação e utiliza suas estratégias nas relações sociais. O conceito de ator é uma construção social e não simplesmente um sinônimo para o indivíduo (LONG; LONG, 1992).

Dentro do arcabouço teórico da POA, o conceito de agência dos atores é considerado central. A teoria da agência (GIDDENS, 1989) está baseada na capacidade dos atores de processarem as suas experiências e as dos outros no sentido de atuar com elas. A agência é a capacidade do ator de conhecer e perceber com as suas experiências e de outros, não perdendo de foco o poder da reflexão, a ação reflexiva, na interpretação e na internalização. É a capacidade de controlar habilidades relevantes, e o acesso aos recursos materiais e não materiais (LONG, 2001).

A agência está ligada à capacidade de fazer as coisas e não somente à intenção. Essa aptidão está comprometida com as práticas de organização social, pois a ação social nunca é centrada no indivíduo-ego. Os atores manifestam a sua agência na rede de relações, sendo uma capacidade exercitada na relação social. Nesse sentido, a agência é um conceito relacional entre os atores, não existindo um acúmulo ou armazenamento de agência pelos atores. Esse processo se forma nas práticas organizantes, tendo seus limites demarcados por convenções sociais e valores (LONG, 2001).

O espaço social em que os atores exercitam sua capacidade de agência é conceituado como arena. As arenas são situações sociais onde os atores se confrontam uns com os outros (interface), mobilizam as relações sociais e utilizam discursos no sentido de ganhar fins específicos (LONG, 2001).

No processo dentro das arenas, os atores utilizam seus domínios particulares no sentido de apoiar seus interesses, objetivos e disposições. As arenas abarcam os tipos de elementos que constituem e habilitam as opções e os espaços de manobra dos atores sociais. Sendo assim, a arena é um local de disputa de diferentes práticas sociais, entendidas como o concreto da ação social, ou são espaços onde existem esforços para resolver as diferentes percepções que os atores têm do mundo.

As arenas sociais são construídas discursivamente, sendo delimitadas praticamente pelo uso da linguagem e pelas ações estratégicas dos vários atores. A noção de arena auxilia na definição dos atores envolvidos e na exposição dos temas, recursos e discursos implicados nas disputas pelas práticas sociais (LONG, 2001).

Para a atual pesquisa, a noção de arena é especialmente útil na análise do processo de construção do conhecimento agroecológico, em especial nas intervenções que ocorrem em um conjunto de arenas entrelaçadas. As arenas sociais são segmentadas e atravessadas por múltiplas desigualdades, como a propriedade do saber, a apropriação de regras e recursos, e a diferenciação social. Dentro desses espaços sociais, a construção, conversão e recomposição identitária provocam uma diferenciação coletiva, e uma noção de pertencimento. São os atores socialmente pertencentes à arena que têm legitimidade de falar sobre

determinado tema e apresentarem seus argumentos na proposição de projetos sociais.

Seguindo a revisão da POA, destaca-se a noção de projetos. Os atores constituem em arenas específicas os seus projetos que se entendem como formas de articulação das práticas sociais. Cada projeto constituído pelo ator é articulado com projetos, interesses e perspectivas de outros atores dentro de um complexo de arenas entrelaçadas (LONG, 2001).

Na construção dos projetos, os atores lançam mão de estratégias na antecipação de ações de outros atores, ou seja, interface. Porém, é necessária a consideração de que poucas arenas são autônomas na vida social. Os atores externos, geograficamente distantes, e os contextos e marcos institucionais também configuram os processos sociais, as estratégias e as ações que ocorrem dentro das arenas.

Os projetos dos atores entram em luta, ou batalha, dentro das arenas, configurando a noção de articulação de projetos, sendo, nessa ação, na interface entre os atores, lançada mão de estratégias, de recursos, de um repertório de discursos e modos de argumentação no sentido da busca da hegemonia. Essa disputa entre projetos produz um gradiente de filiação às práticas sociais de cada projeto, sendo um dos promotores da heterogeneidade no rural. Esse processo é central na constituição de estilos heterogêneos de agricultura, a partir da hegemonia ou não de cada um dos projetos. Essa é a raiz da constituição da heterogeneidade entre os projetos sociais dos atores (PLOEG, 2008).

As estratégias que os agricultores implementam para resolver seus problemas de produção são heterogêneas. As condições econômicas, ambientais, demográficas, políticas, do mercado e socioculturais se combinam na criação de padrões diferenciais, e resultam em diferenças na administração da propriedade rural, da opção entre cultivos e criações, e do nível tecnológico a ser utilizado. Esses são os elementos constitutivos dos projetos individuais dos atores (LONG, 2007).

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa realizada em Dom Feliciano-RS (de 2010 a 2013) iniciou por meio de um estudo exploratório no sentido de entender a distribuição espacial do município, das comunidades e dos atores envolvidos, e as próprias dinâmicas dos processos desenvolvidos. Também essa fase propiciou o contato com informantes-chave do Fórum da Agricultura Familiar-CODETER e do Conselho Municipal Desenvolvimento Rural-CMDR que apontaram as comunidades e atores para a aplicação das técnicas de produção de dados.

O primeiro passo da técnica metodológica da pesquisa foi a revisão da documentação oficial do processo do processo de planejamento participativo-PPR do território Centro Sul/RS. Nesse processo buscou-se informações do Fórum da Agricultura Familiar-CODETER, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs, das comunidades, dos agricultores e dos extensionistas envolvidos no processo, das ferramentas participativas utilizadas, dos objetivos e dos resultados obtidos, entre outros.

O próximo passo metodológico foi o uso da técnica de entrevista semiestruturada junto a famílias dos atores agricultores. A entrevista típica se

desenvolveu por meio de uma recorrida pela propriedade rural, na intenção de visualizar os locais de produção de cultivos e criações para identificação do atual sistema de produção. Nesse momento, discutiu-se temas gerais, no sentido da aproximação entre entrevistador com o entrevistado, e se localizou caminhos para o começo de um diálogo.

Em sequência, foi realizada uma entrevista com a família. Os temas iniciaram pela coleta de dados genéricos de idade, origem, escolaridade, tempo de residência na comunidade, tamanho da propriedade, produção de cultivos e criação, produção de autoconsumo, reconstrução dos sistemas de produção em décadas passadas, e as modificações que foram sucedendo. Sequencialmente, foi buscado o entendimento de qual foi a arena de onde surgiram as informações para a constituição do atual projeto e as práticas, e quem são os atores importantes (agricultores e extensionistas) quando da construção do projeto.

A entrevista teve como objetivos focais, a delimitação da arena de construção do conhecimento agroecológico, as influências dos extensionistas, o dimensionamento do entendimento sobre o método participativo, bem como suas técnicas e ferramentas.

As entrevistas com os agricultores, como regra, partiram de uma dimensão ecológica e técnico-agronômica em razão da possibilidade da observação concreta das práticas sociais e seguiram no sentido de processos socioeconômico, cultural e sociopolítico. A técnica da entrevista levou em consideração a premissa de que pela observação das práticas sociais e da problematização era possível a captura dos discursos ligados aos objetivos propostos na pesquisa.

Dentro da arena de construção do conhecimento agroecológico, foram desenvolvidas as entrevistas dos atores na fase de levantamento de dados primários desta pesquisa. Nos espaços comunitários, municipal e territorial, foram realizadas 23 entrevistas com atores agricultores e 9 com atores extensionistas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Apresentando a experiência de Dom Feliciano-RS: as arenas e os atores

Como espaço empírico para analisar o processo de extensão através das arenas de construção do conhecimento agroecológico, foi escolhido o Município de Dom Feliciano-RS devido às dinâmicas da ocupação do espaço pelos grupos sociais (os atores) e a existência a mais de uma década de um processo de planejamento participativo.

A ocupação do espaço de Dom Feliciano-RS ocorreu por índios, tropeiros e colonos, em especial de origem polonesa, e o processo de construção do conhecimento tradicional foi o elemento central para o desenvolvimento comunitário por meio da agricultura. Entre as décadas de 1970 e 1980, o processo de “modernização da agricultura” chegou ao rural por meio da difusão tecnológica que trouxe os insumos modernos e a centralidade do cultivo de tabaco. O fumo foi paulatinamente se tornando o projeto hegemônico dos agricultores na direção de uma agricultura empresarial. A ação dos extensionistas esteve pautada na difusão tecnológica dos elementos do pacote do tabaco, através de ferramentas e técnicas como dias de campo, unidades demonstrativas, entre outras.

Segundo Cotrim e Canever (2016), em pesquisa realizada com os agricultores do território Centro Sul/RS, que inclui Dom Feliciano, passados quase 40 anos, a hegemonia do tabaco entre os projetos dos agricultores é assustadora. Cerca de 80% das famílias têm rendimento familiar com alta (responsável de 50 a 75% da renda) ou altíssima (responsável por 75 a 100% da renda) dependência do tabaco. Porém, 65% das famílias afirmam terem interesse em abandonar o plantio de fumo, sendo os principais motivos o obrigatório uso de venenos, as complicações na saúde da família causada pelo cultivo, o excessivo tempo do ano que as famílias dedicam para a produção e a dependência econômica e tecnológica da indústria fumageira. Também são enfatizados os efeitos da “doença da folha verde do tabaco” que se manifesta por meio de náuseas, vômito e fraqueza geral, sendo uma intoxicação aguda adquirida pela absorção dérmica da nicotina quando da colheita da folha do fumo.

Coube a reflexão pelos agricultores da existência de uma insustentabilidade nas práticas desenvolvidas pela agricultura, sejam nos aspectos ambientais ou sociais. Essa verificação levou a ação dos atores em uma perspectiva transicional, ou seja, eles buscaram um processo de transição para patamares mais sustentáveis nos aspectos sociais e produtivos.

No início dos anos 2000, emergiu no território Centro Sul/RS, a ideia da construção de um processo de planejamento participativo regional-PPR, com a intensão de utilizar o método participativo no sentido da dinamização de uma arena de construção do conhecimento, através de um planejamento de ações nos níveis comunitários, municipais e territoriais, para buscar alternativas de desenvolvimento. Essa dinâmica social possibilitou paulatinamente a estruturação de uma arena de construção do conhecimento agroecológico.

O processo de planejamento participativo no Município de Dom Feliciano iniciou com a formação de um grupo de apoiadores composto pelos extensionistas da Emater/RS, Secretária Municipal da Agricultura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais que estavam afinados com as premissas de um trabalho coletivo e participativo. Esses foram capacitados com ferramentas e técnicas do método participativo e montaram a estratégia geral de sensibilização comunitária para as reuniões com os agricultores, propuseram a divisão do espaço municipal em doze locais representativos e desenharam metodologicamente os encontros.

A primeira fase do processo de planejamento municipal se caracterizou pela realização de doze reuniões comunitárias, com a presença total de 297 agricultores. Nessas reuniões, foram debatidas as questões do desenvolvimento comunitário e sistematizado, Por meio de trabalhos de grupo, com uso de tarjetas e visualização móvel, o resultado das ideias dos agricultores. Também emergiram do grupo as principais demandas coletivas comunitárias no aspecto social, econômico e ambiental. Finalmente, foi escolhido um representante dos agricultores para o acompanhamento das fases subsequentes (MAFFINI; LEMOS, 2001).

A segunda fase do processo ocorreu a partir da constituição de um fórum municipal formado pelos extensionistas e os representantes escolhidos nas reuniões comunitárias. Esse grupo teve como objetivo inicial a construção coletiva de um diagnóstico do município, empregando ferramentas participativas. Foram usadas as ferramentas de leitura da paisagem municipal para visualização das grandes diferenças ecossistêmicas do espaço; construção do itinerário de

desenvolvimento municipal com a história verbalizada pelos agricultores mais antigos do município; e, o ranking de prioridades com a construção participativa, através de tarjetas, das prioridades municipais (emergidas das demandas comunitárias) nos aspectos econômicas, sociais e ambientais (VERDEJO, 2006). Esse processo mudou a perspectiva de entendimento dos atores do território onde vivem, pois possibilitou o reconhecimento e a conexão de elementos novos a sua realidade.

Como resultado final dessa etapa, foram apontadas como prioridades econômicas, a necessidade da diversificação dos cultivos para evitar a hegemonia do tabaco, a promoção do cooperativismo e a criação de agroindústrias regionais; como prioridades ambientais, a conservação solos e água e a coleta seletiva lixo; e como prioridades sociais, a ampliação do atendimento médico, a preocupação com a energia elétrica e a busca por uma escola agrícola (MAFFINI, LEMOS; 2001).

O conjunto das três ferramentas de diagnóstico realizadas pelo grupo de Dom Feliciano foram apresentadas por representantes em uma reunião do encontro territorial, sendo um dos subsídios para a construção coletiva do Plano Estratégico Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Centro Sul/RS (BRASIL, 2009).

Na continuidade desse processo, o fórum municipal foi oficializado, pela Prefeitura Municipal, como CMDR, materializando-o como um espaço dentro da arena de construção dos projetos. A primeira ação do CMDR foi a confecção de um Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Rural iniciado pelas ferramentas participativas e as análises do diagnóstico socialmente construído, bem como o tratamento estratégico das demandas priorizadas a partir dos marcos gerais desenvolvidos no Plano Estratégico Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Centro Sul/RS. Esse plano foi um balizador para a constituição das políticas públicas municipais, escolha e participação em políticas públicas estaduais e federais e da própria ação dos extensionistas junto às comunidades rurais (MAFFINI, LEMOS; 2001).

Ao mesmo tempo, o processo de planejamento municipal desencadeou junto às comunidades rurais a aspiração de oficializarem sua estrutura de organização em associações comunitárias, materializando, assim, esses espaços dentro da arena de construção coletiva dos processos. As comunidades rurais são os espaços tradicionais de interface dos atores na construção do conhecimento. São espaços privilegiados, pois respeitam um conjunto de regras e costumes sociais de cada grupo. Esse espaço remonta os aspectos da construção tradicional do conhecimento. Foram oficializadas 23 associações comunitárias no município, sendo que cada uma requereu uma vaga para participação efetiva junto ao CMDR, ampliando ainda mais a base comunitária nesse espaço de construção.

No espaço do CMDR, foram debatidos, por exemplo, um leque de opções produtivas voltadas à diversificação da lavoura do tabaco, pela sua substituição ou diversificação dentro do sistema de produção. Foram sendo estruturados os projetos dos agricultores que envolvem a viticultura, a avicultura colonial, a piscicultura, a olericultura, a produção de leite à base de pastagens, a ovinocultura, a noqueira pecan, entre outros. Muitas ações focadas no abastecimento de água potável, acesso à luz elétrica, acesso à saúde pública, qualificação do recolhimento lixo no interior, entre muitas outras, foram sendo implementadas pelos

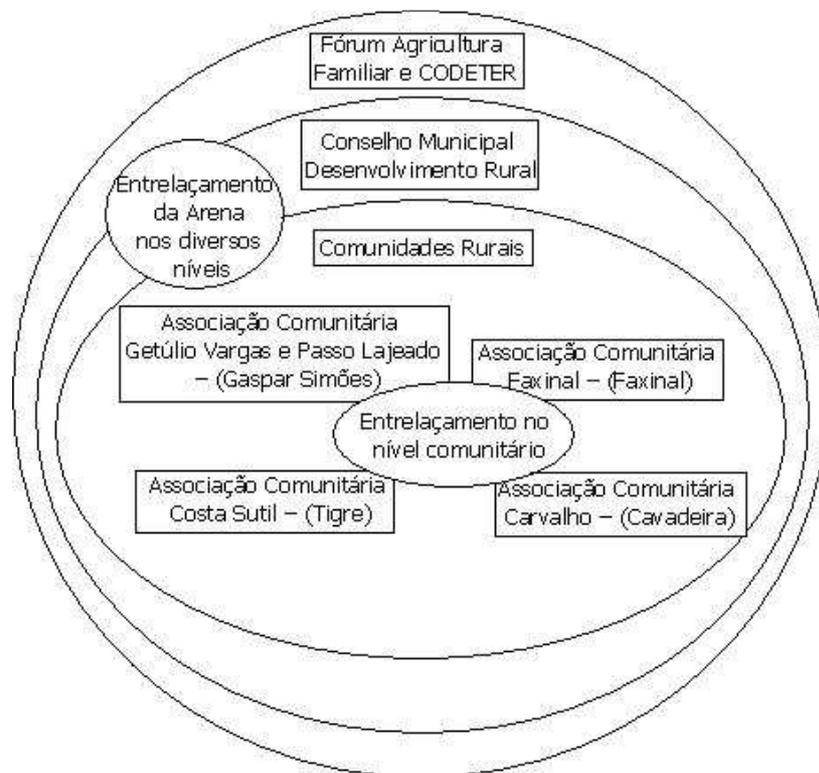
extensionistas em conjunto com as comunidades. Muitas novidades emergiram nesse processo de construção coletiva entre os extensionistas e os agricultores.

O espaço territorial de participação dos atores na arena de CCA se materializou como o CODETER. Nesse, existe o encontro aberto dos atores de 16 municípios que compõem o território Centro Sul/RS, caracterizando-se como uma ampla plenária de luta pelos projetos (participam entre 300 a 500 pessoas por edição). Nos encontros, que são semestrais ou anuais, são produzidos documentos sínteses que apresentam os resultados do debate dos grupos dos atores sobre os temas vinculados à diversificação do tabaco, às políticas públicas e outros no sentido de apoiar os processos de planejamento e, conseqüentemente, a construção dos próprios projetos sociais.

As alternativas de diversificação da piscicultura, da avicultura colonial, da fruticultura, da apicultura, da produção leiteira, da pecuária familiar, da olericultura foram analisadas pelos atores envolvidos, sempre na perspectiva de uma produção de base ecológica. Temas transversais como as questões ambientais e as políticas públicas foram aprofundados. Esses relatos permitem a avaliação dos avanços coletivos de cada tema e apontam de forma participativa os limites para ser enfrentado na totalidade do território. Esse espaço se consolidou dentro da arena de CCA como local onde os atores ampliam o escopo do debate sobre os projetos sociais.

A título de síntese, a figura 1, a seguir, apresenta de forma sistemática os espaços da arena de CCA delimitados na pesquisa que estão envolvidos em cada nível.

Figura 1. A delimitação da arena de Construção do Conhecimento Agroecológico em Dom Feliciano



Fonte: elaborado pelo autor.

Nessa figura, dentro do espaço comunitário, foi representada a totalidade das comunidades rurais (23) por quatro associações comunitárias, porém se deixa claro que essa dinâmica ocorre em maior ou menor grau dentro de todas as comunidades rurais. O CODETER se conforma como o espaço mais amplo de formação e luta pelos projetos sociais e, nesse sentido, busca dinamizar o apoio mútuo entre agricultores e extensionistas, gerando um sentimento de segurança, ou seja, a sensação de todos estarem construindo um caminho certo.

Do ponto de vista dos agricultores, dentro do Fórum, é encontrada a possibilidade de conversarem e trocarem as experiências com os agricultores de outros municípios. Esse espaço possibilita uma relação direta, devido ao uso de ferramentas participativas, e em razão da existência de referências de linguagem e de lógica para pensar o mundo. Esse espaço na arena se consolida como um ambiente de conversa argumentativa e da busca do entendimento dos exemplos próximos.

O CODETER é um nível da arena que tem como objetivo central o incentivo à transição. Nesse sentido, coloca-se como um ambiente para a tomada de conhecimento e um momento de mudança de pensamento. Esse espaço cria um clima favorável de afirmação à diversificação voltada ao objetivo transicional observável na interface entre extensionistas e agricultores. Os atores que participam do Fórum têm algo a dizer, têm experiências, têm ideias ou angústias.

Sintetizando, a arena de CCA delimitada nessa experiência abarca, no sentido horizontal, os espaços comunitários de convivência dos atores agricultores e, no sentido vertical, o espaço municipal dentro do CMDR e territorial do CODETER. Enfim, uma ampla arena relacional.

Um projeto construído por um determinado ator agricultor, ou seja, a sua forma de organizar as práticas sociais dentro da sua propriedade, pode ser composto de práticas ou ideias angariadas entre os agricultores de sua comunidade ou dentro do CMDR, ou mesmo dentro do CODETER. Pode também mesclar essas ideias com novidades e elementos que emergem da sua experiência. Para exemplificar, apresentar-se-á, na sequência, uma fala de um dos agricultores de Dom Feliciano, colhida em um momento de interface.

Na reunião da associação são somente os agricultores e cada um dá um palpite de como fazer uma planta melhor, mas no conselho sempre tem novidades de diversos lugares e principalmente a presença dos técnicos... Eu gosto de buscar uma ideia que está surgindo, é mais fácil lá no conselho...lá eu via uma coisa que nem estava por dentro, mas entendia (agricultor).

Um ator agricultor pode exercer sua capacidade de agência, ou seja, capacidade de influenciar a construção dos projetos sociais dentro do espaço comunitário, municipal e territorial quando dos processos de CCA. Cabe enfatizar que os atores não são estáticos dentro da arena. Alguns optam por exercerem a sua agência dentro de espaços localizados - as comunidades - porém muitos outros transitam por variados estratos carregando as novidades e ideias. Essas se deslocam dentro dos espaços de construção de projetos sociais, gerando uma luta pela formatação dos projetos.

As ideias e os atores permeiam dentro da arena no decorrer do processo e, assim, consolidam a construção do conhecimento agroecológico. Existe o

entendimento que os atores envolvidos nessa transição necessariamente buscam um novo acerto social, ambiental e econômico entre os diversos grupos sociais e o agroecossistema. A articulação dos projetos sociais dos atores na arena de CCA busca novos acertos ecológicos e sociais que têm como base os princípios ecológicos na emergência das novidades. Nesse caminho, a transição buscada pelos atores tem uma premissa agroecológica.

#### O papel dos atores extensionistas na arena de CCA

Os extensionistas são caracterizados como as pessoas que necessariamente transitam entre as diversas dimensões dentro da arena de CCA com variadas funções, como de dinamização dos grupos de atores, proposição das metodologias de debate, animação da participação, auxílio na organização dos espaços da arena, facilitação da logística para a presença dos atores, condução metodológica do momento de interface, facilitação e tradução das políticas públicas e outros elementos externos à arena.

Existem diferenças em relação à origem e grau de estudo dos extensionistas. Um primeiro grupo é composto por profissionais com formação tecnológica agrária, como os agrônomos, os técnicos agrícolas, os veterinários, entre outros. Entre esses são encontrados os trabalhadores da extensão rural da Emater/RS no âmbito territorial (supervisor ou assistente técnico regional) e no âmbito municipal (os extensionistas de campo), e também os servidores da Prefeitura Municipal (Secretário de Agricultura e os técnicos de campo). Todos esses atores possuem uma formação acadêmica ou tecnológica e vieram de outras cidades para uma atuação profissional no município.

Um segundo grupo de extensionistas é formado por atores sem uma necessária graduação formal que emergem dos atores agricultores como facilitadores de processos ou representação organizacional. Esses são identificados como os presidentes das associações comunitárias, que também estão presentes no CMDR, e as coordenações das cooperativas de crédito e de produção formadas no período posterior aos anos 2000. Esses agricultores, paulatinamente, vão deixando de desenvolver a agricultura como sua atividade principal e passam a exercer profissionalmente a função de extensionista. A trajetória de vida deles invariavelmente, passa pela coordenação de uma associação comunitária, uma participação efetiva no CMDR, e a partir desse ponto um salto para a atividade na cooperativa de crédito, de produção, sindicato ou cargo em prefeitura municipal.

Nessa mudança profissional, carregam consigo a característica da origem local, o que lhes confere uma legitimidade pela identidade. Tendem a transportar também a lógica de ação dos agricultores, e principalmente o conhecimento contextualizado dos agroecossistemas. Possuem uma atuação diferenciada dos outros extensionistas em razão de sua origem. Para exemplificar, na sequência, é apresentada uma fala de um extensionista colhida na pesquisa.

Eu participei do planejamento de 2001 na linha Federal... foi muito bom, me lembro que a gente queria água para beber e para o gado e patrulha mecanizada... Fui escolhido para vir para conselho naquele ano. No conselho fui presidente por dois anos... sempre tive envolvido. O pessoal da Cresol (cooperativa crédito) me conheceu no conselho e convidou para abrir o posto da cooperativa aqui em Dom Feliciano. Hoje eu sou o gerente... (extensionista).

A totalidade dos extensionistas em sua ação cotidiana realizam a interface entre os atores. São, em sua essência atores móveis dentro dos espaços da arena. Promovem a possibilidade de conexão entre os diversos atores nos variados níveis.

A ação dos extensionistas no processo de construção do conhecimento tende a ser uma relação de duplo sentido, ou seja, o de porta voz de um conhecimento técnico-científico gerado em arenas externas, e o de diálogo entre o conhecimento popular e científico, caracterizando assim como um transplantador de uma mensagem técnica dentro de um sistema de significado próprio, na busca de um casamento entre conhecimento popular e científico (SARDAN, 1995).

Na sua atuação diária, os extensionistas desenvolvem o papel de facilitadores das dinâmicas de desenvolvimento. Nesta função, existe a busca de um ambiente favorável à produção de novidades, ampliando os processos de socialização para o compartilhamento dos conhecimentos tácitos pelos atores, a externalização enquanto a codificação do saber para circulação na arena, a recombinação dos saberes locais e a internalização das práticas sociais (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008). A título de exemplo, na sequência, é apresentada uma fala de um extensionista sobre sua forma de atuação.

Eu consegui através do sindicato que um grupo fizesse uma excursão para Anta Gorda para conhecer plantação de noqueira... Foi bom ouvir dos outros agricultores a opinião deles sobre a noqueira... muitos comparam umas mudas para experimentar. O que a gente mais gostou lá foi a forma como eles vivem lá... a comunidade dos agricultores tem espaço para o lazer. Aqui em Dom Feliciano o agricultor se esquece de viver somente trabalham... no fumo não tem sábado e domingo, pois plantam acima da capacidade da família (extensionista).

O papel do extensionista nos processos de construção do conhecimento tende a ser de uma interligação de mundos com saberes diferenciados. Porém, existe uma construção pessoal da representação desses mundos. A ação do extensionista engendra as suas crenças, os signos da institucionalidade à qual ele está ligado, e a leitura da realidade do saber tradicional na construção dos projetos sociais (NEVES, 2008).

Os extensionistas, em sua ação, congregam as contribuições da socialização profissional do exercício da sua atuação política e cultural dentro da arena. Eles, literalmente, misturam as referências institucionais e as percepções políticas e culturais locais, objetivando o suporte e a legitimação das suas práticas. Eles são atores na sua ação dentro da arena e exercem sua capacidade de agência.

A dinamização dos espaços da arena de CCA passa a ser um dos centros da ação dos extensionistas. Eles buscam a promoção e a facilitação dos momentos de interface simétrica entre os atores. Comparativamente, na ação difusionista, o papel de especialista em determinadas técnicas agrônômicas, amplamente enfatizado na fase da “modernização da agricultura”, não é desprezado, apenas ocupa um momento localizado dentro da ação na arena.

Existe um papel de especialista técnico dentro da arena de CCA, que compõe a apresentação do saber acadêmico sobre determinado tema. Essa face não é desprezada ou minimizada, ela é fundamental dentro da arena de construção do conhecimento agroecológico. Muitas vezes, esse papel recai sobre um extensionista que tem a expertise sobre o assunto. Cabe enfatizar que, nesses

momentos, ele está desenvolvendo o papel de especialista sobre determinada temática. A separação do papel de facilitação para o de especialista deve respeitar a ética do grupo e os acordos sociais firmados na organização da arena.

O extensionista, por vezes, pode também apresentar o projeto ao qual ele entende como o mais adequado, exercendo um papel de especialista. Nesse momento, por exemplo, ele pode fazer a tradução de determinadas faces de uma política pública. Mas, necessariamente, nessa situação social, esse deve compreender que existem dentro dessa arena as estratégias dos outros atores. Esses projetos estarão em uma legítima batalha dentro da arena de CCA.

#### Dialogando entre a teoria e o espaço empírico

A apresentação da experiência de Dom Feliciano-RS teve como objetivo central mostrar, de forma dinâmica, como os atores agricultores e extensionistas exercitam a sua capacidade de agência dentro dos espaços de uma arena de construção do conhecimento agroecológico. De certa forma, ela exemplifica um modo ou jeito de exercer a ATER apoiado em outro referencial teórico. Tende a fugir, quase de forma dicotômica, dos processos difusionistas observados na etapa de “modernização da agricultura”.

A arena, aqui apresentada, é configurada por espaços sociais onde se desenrola a interface entre os atores no processo de CCA. Ela é construída discursivamente, sendo delimitada praticamente pelo uso da linguagem e pelas ações estratégicas dos vários atores. A arena é formada pelos espaços sociais e não somente pelas localizações físicas. Nesse caso, a interface entre os atores é central, ou seja, os atores e as relações sociais são a essência da arena (LONG, 2001).

O recorte teórico da arena tem a pretensão de expressar uma interpretação dos espaços de interface entre os atores quando está ocorrendo o processo de construção do conhecimento agroecológico. Essa noção é um recurso teórico de delimitação de um dado ambiente empírico. Existe a clareza que os atores não visualizam essa construção teórica. Os atores não entendem os espaços de construção do conhecimento como herméticos ou estanques. Na verdade, a arena possui semelhanças com sistemas abertos, em que existe o fluxo de informações e pessoas do externo para o interno.

Em Dom Feliciano, a arena é caracterizada pelos espaços públicos onde os atores agricultores e os extensionistas lançam mão de suas estratégias na construção dos projetos. São os locais de disputa e luta pela construção dos projetos. São espaços para a busca de solução das diferentes percepções que os atores têm do mundo. No processo de CCA dentro da arena, os atores buscam reafirmar as regras e os valores sociais compartilhados pelo grupo em relação à produção agropecuária, no sentido de apoiar seus interesses, objetivos e disposições.

A POA, enquanto aporte teórico relacional, propicia um conjunto teórico que permite um novo olhar dentro dos processos participacionistas de desenvolvimento. Os agricultores e os extensionistas são entendidos como atores que possuem a capacidade de agência, ou seja, eles interatuam por meio de um conjunto de estratégias, apresentadas nas arenas, através de seus discursos. Esses “campos de batalha do conhecimento”, parafraseando o título do livro de Long

(1992), são os locais de formação dos projetos dos atores por meio da interface na arena. Essa interface está pautada pelo método participativo.

A experiência de Dom Feliciano-RS permite visualizar um formato de ATER extremamente diferenciado do que pode ser imaginado se se partir de uma perspectiva teórica da “modernização da agricultura”. Elementos centrais do desenho teórico são relegados a um plano secundário, em especial, o avanço tecnológico focado em insumos modernos trazidos de fora para dentro, ou seja, o próprio processo de difusão tecnológica. Na verdade, até a eficiência da ATER, nesse modelo difusionista, é mensurada pela efetivação de quantidades crescentes de adoção de novas tecnologias.

Dentro da arena de CCA, o centro do processo de ATER passa a ser a relação, a interface entre os atores na construção dos projetos sociais. Existe um grande esforço para a construção coletiva de um processo de desenvolvimento rural assentado nas vontades e possibilidades dos atores locais e, fundamentalmente, respeitando a capacidade de resiliência do agroecossistema. Ou seja, um processo contextualizado de produção de novidades que emergem como novos *insights* ou novos modos de fazer e produzir as coisas.

Nesse aspecto, emergem os arranjos de produção de base ecológica que utilizam a coprodução com a natureza, a perspectiva da ciclagem de nutrientes, a busca do equilíbrio predador-presa no controle de possíveis pragas e doenças, a comercialização em circuitos curtos, entre outros.

Os puristas ou os analistas fortemente arreigados à perspectiva difusionista de ATER podem simplesmente sentenciar que a experiência de Dom Feliciano-RS não é na verdade um trabalho de extensão rural, intitulando-a como uma etapa de planejamento ou mesmo um processo de diagnóstico. Mas, mergulhando mais fundo nos dez anos de desenvolvimento do processo, é possível ver uma espiral de crescimento de projetos agropecuários sustentáveis e diversificados em um mundo extremamente hegemônico pelo tabaco.

Não é simples a emergência de sistemas de produção de policultivos, de base orgânica, dentro de um espaço regido pelas leis dos grandes conglomerados internacionais do tabaco que exercem a pressão de integração com as famílias de agricultores. Porém, mesmo sobre ambientes desfavoráveis, os atores inventam e reinventam espaços de resistência e de construção de projetos alternativos que lhes forneçam um maior grau de autonomia (LONG, 2001).

A ação inicial da experiência de Dom Feliciano foi fruto da mudança de enfoque do difusionismo para os processos de desenvolvimento rural. Os extensionistas envolvidos assumiram a noção de serem atores do processo e utilizaram as estruturas organizacionais existentes para construir uma rede entre os outros atores. No início do processo, existiu a sensibilização de um conjunto de atores para as questões da insustentabilidade do processo de desenvolvimento no município, e a construção coletiva da forma de ação junto aos agricultores. A formação teórica inicial desses extensionistas, em desenvolvimento rural e método participativo, foram marcos para o entendimento dessa ação. Esse processo agrupou características dialógicas com uma noção construtivista. Na sequência, é apresentado um relato de um extensionista sobre aquele momento.

Nós fizemos um curso na UFRGS, em 1999, de especialização que durou mais de um ano... Foi ali que eu entendi a história do desenvolvimento

rural e a diferença do que a gente fazia... eu e os outros montamos um curso para o pessoal que trabalha nos municipais e os parceiros... o debate é muito bom e as pessoas entendem... ali lançamos as ideias do planejamento. (extensionista).

Os extensionistas foram os animadores das reuniões comunitárias dentro do processo. O papel central deles foi de facilitadores da interface, em especial pela utilização do método participativo por meio da construção das ferramentas participativas. A construção coletiva do diagnóstico comunitário, o apontamento dos pontos de estrangulamentos ao desenvolvimento e a escolha das representações comunitárias foram momentos de interface entre os próprios atores agricultores.

Dentro dos mesmos preceitos do método participativo utilizados na comunidade, foram desenvolvidos os processos de planejamento no estrato municipal, no CMDR, e no territorial, no CODETER. Os extensionistas facilitaram os processos metodológicos e garantiram a infraestrutura necessária para desenrolar das ações. Eles são atores e exerceram o papel de animadores dos processos. Porém, muitas vezes esse processo gerou dúvidas da sua efetividade. Enfim, está se vivendo uma etapa de transições, e se for contabilizado o número de tecnologias externas difundidas no processo, como utilizado na ATER difusionista, o valor será extremamente baixo. Na sequência, é apresentada uma fala que emblematiza essa preocupação.

Nós aqui (extensionista municipal) gastamos mais tempo organizando as reuniões das comunidades ou do Conselho, ou ajudando a legalizar uma associação do que trabalhando mesmo na assistência nas lavouras... Teve uma hora que perguntei para o Sérgio (extensionista territorial) se isso estava certo? Ele disse que eu que tinha que perceber se estava certo e perguntar para os outros que estavam juntos no trabalho... Hoje, acho que estava certo! (extensionista).

Esses extensionistas envolvidos desde o início nesse processo possuem a noção da insustentabilidade das dinâmicas do desenvolvimento existentes e estavam buscando deliberadamente uma transição para outros patamares. Há uma intencionalidade na ação dos atores. No processo de transição, é utilizado o método participativo como princípio para a construção dentro da arena de CCA. Existe o entendimento inicial dos atores envolvidos de que essa transição necessariamente busca um novo acerto social, ambiental e econômico entre os diversos grupos sociais e o agroecossistema.

Outra função importante do extensionista é a tradução da língua que é usada em esferas externas à arena de CCA, como no caso das políticas públicas ou dos programas governamentais. Na sequência, por exemplo, é ressaltada uma fala de um extensionista sobre esse tema.

Os agricultores participam do Fórum (Agricultura Familiar) e depois passam aqui (na cooperativa de crédito) para ver como são as coisas... Eles querem entender um financiamento ou linha de crédito e a gente que é do interior tem mais facilidade de explicar para eles... O Fórum é muito bom para ajudar a mudar as ideias (extensionista).

A totalidade dessa experiência pode ser entendida como uma fase inicial do processo de transição do próprio extensionista e das instituições aos quais estão ligados. Como exemplo, pode-se citar a Emater/RS, que possuía uma histórica relação hierárquica e diretiva com os extensionistas de campo, na qual a estrutura empresarial transmitia de forma rígida os signos e ideologias da fase da “modernização da agricultura” na forma de pacotes tecnológicos. Ao técnico de campo, cabia a aplicação desse conjunto de técnicas e tecnologias delimitadas pela estrutura.

No início dos anos 2000, emerge internamente a possibilidade de uma nova compreensão dos processos de desenvolvimento. Os extensionistas recebem oficialmente formação teórica em desenvolvimento rural e método participativo. A política institucional é aberta para a participação dos agricultores, por meio de processos de diagnóstico e planejamento municipais e territoriais. Espaços para desenvolvimento de um “novo profissionalismo” são colocados. Um exemplo pode ser captado na fala de um extensionista territorial.

Trabalho na extensão desde 82, quando chamaram um monte de agrônomo para fazer Proagro....sempre trabalhei no fomento ao leite, fazia pastagem e silagem e tinha outro veterinário que cuidava da sanidade.... Eram pacotes para aumentar a produção e a gente convencia os agricultores. Com o planejamento de 2000 mudou o rumo do trabalho. A participação exige mais ideias e não tem pacotes. Cada técnico encontra soluções próprias junto com as comunidades rurais (extensionista)

Esse momento de abertura institucional possibilitou que uma parte dos extensionistas assumisse uma postura de atores sociais, construindo junto com os agricultores, nos mais diversos espaços sociais, processos voltados ao desenvolvimento rural. Esses processos estão pautados na promoção da participação dos atores locais. A abertura institucional possibilitou aos extensionistas, tanto do âmbito territorial como os municipais, de assumirem uma atuação como atores dentro dos processos de desenvolvimento sem um distanciamento dos signos da instituição.

Cabe salientar que o processo de transição institucional da Emater/RS não ocorreu com a totalidade da empresa. Muitos profissionais continuam entendendo que a ampliação da produção e da produtividade de cultivos e criação é o caminho do desenvolvimento. Aliás, muitas políticas públicas da atualidade (Chamadas Públicas de ATER, Pronaf, etc) ainda primam por essa perspectiva, reforçando essa tese. Porém, a fase histórica referida pode ser entendida como a abertura de uma janela dentro da instituição a uma pluralidade de atuações e a consequente possibilidade de emergência de um “novo profissionalismo” em uma parte dos extensionistas.

Finalizando, a transição de um profissional formado para ser um especialista técnico, no sentido da difusão de inovações tecnológicas rumo ao crescimento econômico, para um extensionista trabalhando com as dinâmicas sociais, não pode ser considerada simples. Na realidade, caracteriza-se como uma transição no estrito senso da palavra, uma mudança na forma de agir e de pensar, o que gera insegurança e medo de errar, especialmente em atores comprometidos com a vida dos agricultores, ou seja, um “novo profissionalismo”.

## 5 CONCLUSÃO

No sentido de arrematar as ideias trabalhadas neste texto, retoma-se o objetivo, expresso na introdução, de apresentar a experiência metodológica de Dom Feliciano-RS, de uma ação extensionista através das arenas da CCA, analisando a proposta a partir do referencial teórico da POA.

Necessariamente, foi essencial a apresentação, um pouco mais detalhada, da perspectiva teórica, o que pode transparecer exagerado para o tamanho desse exercício acadêmico. Porém, a apreensão inicial dos conceitos centrais de Ator, Agência, Arenas, Interface e Projetos facilitou a caminhada da discussão e a própria construção lógica do texto.

A descrição da experiência de Dom Feliciano-RS trouxe em seu bojo a reflexão da perspectiva teórica que embasou o processo, ou seja, permitiu o detalhamento empírico das ideias apresentadas na teoria e ao mesmo tempo um diálogo, quase que dicotômico, com a teoria da modernização que sustentou a fase difusionista da ATER. Para amarrar a discussão realizada, fez-se necessária uma reflexão acerca da concreta possibilidade dessa experiência desenvolvida dentro das arenas de CCA para que se possa produzir elementos de apoio à etapa de transição da ATER.

Do nosso ponto de vista, o centro do debate dessa mudança de paradigma da ATER está na emergência, do que chamou Caporal e Costabeber, de um “novo profissionalismo” dos extensionistas. Esse processo de emergência desse novo perfil profissional possui um conjunto de vieses que se busca explorar nesse texto.

Pensando um pouco a partir da formação universitária, analisando-se os currículos das graduações dos cursos superiores em Agronomia, é possível a identificação de um conjunto de disciplinas extremamente fracionado, que aprofunda a temática de forma focal, em apenas um aspecto da agricultura, como os solos, as plantas de lavoura, a fruticultura, a irrigação, entre outros. Por outro lado, existem poucas disciplinas que buscam a unificação holística das temáticas ou uma abordagem sistêmica na construção de um conjunto de temas de estudo. Esse fato dificulta que o profissional recém-formado naturalmente fuja da armadilha de exercer a sua profissão através da difusão tecnológica.

A própria noção da insustentabilidade dos processos “modernos” de agricultura apenas se solidifica com a cancha na profissão. Na experiência analisada, entre os extensionistas, mesmo com diferenças de forma de ação, mesmo com díspares graus na formação acadêmica, mesmo com diferentes domínios de linguagem, existe o entendimento de que o modelo pautado pelo fumo é insustentável social e ecologicamente, gerando a necessidade da construção de alternativas.

Em outro viés, as ferramentas e técnicas do método difusionista como dias de campo e unidades demonstrativas são hegemônicas, no ensino universitário, bem como quando do exercício de ATER. Porém, as ferramentas participativas, bem como o próprio método participativo, não são compreendidas como uma metodologia de extensão, sendo relegados a um plano de diagnóstico ou etapa de planejamento.

Para os extensionista da experiência de Dom Feliciano-RS, o uso do método participativo propicia a mudança dos projetos dos agricultores. Isso passa a ser central! A construção dialógica dentro da arena possibilita a criação pelos atores envolvidos de novas perspectivas em seus projetos.

Os extensionistas influenciam a mudança pelo diálogo e pela argumentação dentro dos espaços da arena. Exercem simultaneamente vários papéis no processo. Em alguns momentos, são facilitadores na aplicação de ferramentas e técnicas participativas, que permitem a batalha dos projetos dentro da arena. Em certas fases, dinamizam e animam os procedimentos, por meio de convites e organização de infraestrutura para os encontros, no sentido da manutenção da continuidade do processo. Ou ainda, exercem a ação de tradução entre as linguagens nas quais os agricultores não têm fluência. São novos papéis que exigem uma formação pessoal e um espírito de transformação.

O papel convencional de especialista técnico em uma área agrária não é abandonado pelos extensionistas. Esses profissionais receberam um aporte de conhecimento tecnológico em suas graduações, de muitos anos, que não podem ser entendidos como descartáveis. Esse parece ser um **porto seguro**, que reafirma o trabalho diferenciado dentro do processo. Existe uma legitimação da figura do extensionista quando exerce esse papel, mas que não pode ser confundida com a noção da difusão tecnológica.

O extensionista, possuindo uma formação técnica que permite a compreensão dos princípios ecológicos que influenciam determinada forma de cultivo ou criação, exerce o papel de um especialista no auxílio para construção das alternativas, dentro das peculiaridades dos projetos dos agricultores. É um papel de assessoramento tecnológico que não traz consigo características padronizadas e nem homogêneas.

Para finalizar esse texto apontando a perspectiva da emergência de um “novo profissionalismo” na ATER, foi separada a citação a seguir de um extensionista, que analisa as mudanças na ação dos atores extensionistas dentro de um processo participativo de longo prazo e enfatiza os aspectos transicionais.

A metodologia participativa muda a postura do técnico e do agricultor. O agricultor entende que o técnico pode auxiliá-lo em outras coisas que não somente em cultura e criações. Ele pode te auxiliar a ter melhor qualidade de vida dentro da propriedade. O técnico tem satisfação em outros temas diferentes que ele aprendeu na escola... Existe um processo lento do técnico para abandonar o pacote **moderno**, passar para uma segunda fase da transição agroecológica. Isso acontece pela falta de informação escrita e disponível ao contrário dos pacotes tecnológicos... Os mais tecnicistas pegam informação em revistas especializadas que mantêm o padrão hegemônico (extensionista).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Abastecimento. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Centro Sul**. Brasília: MDA, 2009.

CAPORAL, F.R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil.** 1998. 517 f. Tese (Doutorado) - Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba. Córdoba, 1998.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições par a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.** EMATER, Porto Alegre, 2004.

COTRIM, D. S.; CANEVER, M. D. A caracterização dos agricultores familiares que cultivam tabaco no Território Centro-Sul/RS. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 21, p.239-267, 30 set. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7570>>. Acesso em: 30 set. 2016.

CHAMBERS, R. **Rural Development: Putting the last first.** London: Logman, 1983

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives.** London: Routledge, 2001.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor.** Mexico: El Colégio de San Luis, 2007.

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of Knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development.** London: Routledge, 1992.

MAFFINI, P.R.; LEMOS, J.A.L. **Plano Municipal de Desenvolvimento 2001-2004:** manuscrito. 2001.

NEVES, D. P. Mediação Social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediação política.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 21-44.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. van. The dynamics of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. **Unfolding Webs: The dynamics regional rural development.** Wageningen: Etude, 2008. Disponível em <[www.eduderd.eu/cat/html](http://www.eduderd.eu/cat/html)>. Acesso em: 02 abr. 2010.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

ROGERS, E.M. **Diffusion of innovation.** 3rd edition. New York: The free press, 1983.

SARDAN, J. O. **Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social.** Paris: Karthala, 1995.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático de DRP**. Brasília: MDA-SAF-DATER, 2006.

**DÉCIO SOUZA COTRIM**. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas-Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel-Departamento de Ciências Sociais Agrárias. Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989). Especialista em Desenvolvimento Rural CPDA-UFRRJ (2002). Mestre em Desenvolvimento Rural PGDR-UFRGS (2008). Doutor em Desenvolvimento Rural PGDR-UFRGS (2013). Editor da Revista Brasileira de Agroecologia. Principais temas de trabalho e pesquisa: Agroecologia, Construção do Conhecimento Agroecológico, Métodos Participativos, Extensão Rural, Cooperativismo, Sociologia Rural, Pesca Artesanal, Extensão Pesqueira, Enfoque Sistêmico e Piscicultura. Atuou na Extensão Rural (EMATER-RS) por 25 anos. deciocotrim@yahoo.com.br

Submetido em: 17/02/2017

Aprovado em: 13/04/2017